



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XLV - Nº 9645 Disponibilização: Quarta-feira, 2 de Agosto de 2023 Publicação: Quinta-feira, 3 de Agosto de 2023

Ação Orçamentária:	2864 - Custeio das Unidades Administrativas e Judiciárias - 1º Grau de Jurisdição
Classificação Funcional Progr.:	02.061.0015.2864
Valor reservado:	R\$ 2.525,20 (2023NR01465)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo aditivo encontra amparo legal no art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 31/07/2023

ASSINATURAS: Documento assinado eletronicamente por Desembargador Hilo de Almeida Sousa, Presidente do TJ
Documento assinado eletronicamente por Ana Paula Carvalho Amorim, Representante Legal da Empresa.

8.2. EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ATO/ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 092/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 23.0.000072405-0

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CNPJ/CONTRATANTE: 06.981.344/0001-05

EMPRESA/CONTRATADA: G. SOARES DA COSTA

CNPJ/CONTRATADA: 17.465.178/0001-00

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do prazo de vigência, bem como a realização da garantia do reajuste** do Contrato Nº 092/2022.

PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, tendo por termo inicial o dia **03/08/2023**, e por termo final o dia **03/08/2024**.

GARANTIA DO REAJUSTE: Fica resguardado o direito do Contratado ao reajuste referente ao período **julho/2022 a julho/2023**, a ser definido **EM MOMENTO POSTERIOR E OPORTUNO**, havendo disponibilidade orçamentária e o índice referente, o IPCA - IBGE, conforme o item 13.1. da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES.

VALOR DO TERMO ADITIVO: O valor do Termo Aditivo, bem como do contrato será de **R\$ 15.020,42 (quinze mil vinte reais e quarenta e dois centavos)**, referente ao 1º e 2º Grau de Jurisdição. Sendo R\$ 9.226,62 (nove mil duzentos e vinte e seis reais e sessenta e dois centavos) referente ao 1º Grau de Jurisdição; e R\$ 5.793,80 (cinco mil setecentos e noventa e três reais e oitenta centavos) referente ao 2º Grau de Jurisdição.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 092/2022	
Unidade Orçamentária:	04101 - Tribunal de Justiça
Natureza da Despesa:	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
FONTE:	759 - Recursos Vinculados a Fundos
PROJETO/ATIVIDADE:	2864 - Custeio das Unidades Administrativas e Judiciárias - 1º Grau
Classificação Funcional:	02.061.0015.2864
Valor reservado:	R\$ 9.226,62 (2023NR01643)
PROJETO/ATIVIDADE:	2865 - Custeio das Unidades Administrativas e Judiciárias - 2º Grau
Classificação Funcional:	02.061.0015.2865
Valor reservado:	R\$ 5.793,80 (2023NR01644)

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo encontra amparo no art. 57, II e § 4º da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 31/07/2023

ASSINATURAS: Documento assinado eletronicamente por Desembargador Hilo de Almeida Sousa, Presidente do TJ
Documento assinado eletronicamente por Genival Soares da Costa, Representante Legal da Empresa.

8.3. EXTRATO DE APOSTILAMENTO

ATO/ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PERMISSÃO Nº 01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 23.0.000074677-0

PERMITENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CNPJ/PERMITENTE: 06.981.344/0001-05

PERMISSIONÁRIA: MARIA JOSÉ MACHADO LOPES SOBRAL CARDOSO

CPF/PERMISSIONÁRIA: 394.706.603-15

OBJETO: Constitui objeto deste Termo de Apostilamento, registrar a atualização do valor dos repasses efetuados ao PERMITENTE, através de dedução mensal dos repasses de custas efetuados em favor da PERMISSÃO, na forma do Provimento Conjunto nº 005/2009.

RETROATIVO: Visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, e com base na variação ocorrida no Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), referente ao interstício de 12/2019 a 04/2021 - 04/2021 a 04/2022 - 04/2022 a 04/2023, conforme a CLÁUSULA VI - DO REAJUSTE DE PREÇOS, que estabeleceu o mês de abril como base para novas análises, o Instrumento será reajustado no valor percentual de 38,148070 % - 16,390270 % - -0,784470 %, respectivamente. Referente ao período de 08/2020 - 09/2020, ficará um retroativo de R\$ 77,52 (setenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) mensais e **R\$ 155,04 (cento e cinquenta e cinco reais e quatro centavos)** referente aos 2 meses **supramencionados**. Referente ao período de 04/2021 a 03/2022, ficará um retroativo de R\$ 887,44 (oitocentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) mensais e **R\$ 10.649,28 (dez mil seiscentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos) anual**. Referente ao período de 04/2022 a 03/2023, ficará um retroativo R\$ 1.414,18 (um mil quatrocentos e quatorze reais e dezoito centavos) mensais e **R\$ 16.970,16 (dezesseis mil novecentos e setenta reais e dezesseis centavos) anual**. Referente ao período de 04/2023 a 07/2023, ficará um retroativo de R\$ 1.384,84 (um mil trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) mensais e **R\$ 5.539,36 (cinco mil quinhentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos)** referente aos 4 meses **supracitados**. O valor do montante retroativo dará um total de **R\$ 33.313,84 (trinta e três mil trezentos e treze reais e oitenta e quatro centavos)**.

VALOR: O valor do Termo de Apostilamento será de **R\$ 33.313,84 (trinta e três mil trezentos e treze reais e oitenta e quatro centavos)**, referente ao montante retroativo. A PERMISSÃO deverá efetuar o repasse do valor mensal de **R\$ 3.711,14 (três mil setecentos e onze reais e quatorze centavos)**, com vigência a partir do 08/2023, que condiz a um reajuste acumulado do IGP-M entre o período de 12/2019 a 04/2023, reconhecido a natureza provisória e a precariedade dos elementos para fixação do cálculo médio que define o valor da permissão.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Instrumento encontra amparo legal no §8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 31/07/2023

ASSINATURAS: Documento assinado eletronicamente por Desembargador Hilo de Almeida Sousa, Presidente do TJ

8.4. EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Acordo de Cooperação Técnica Nº 62/2023 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV**PROCESSO SEI Nº: 22.0.000028114-3****PARTÍCIPES:**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

REPRESENTANTE LEGAL: Desembargador Presidente, **HILO DE ALMEIDA SOUSA****CNPJ Nº:** 06.981.344/0001-05

ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ- EJUD/TJPI

REPRESENTANTE LEGAL: Desembargador Diretor **JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA****CNPJ Nº:** 21.732.903/0001-37**FACULDADE UNINASSAU RENDENÇÃO ALIANÇA****CNPJ Nº:** 07.228.846/0001-22**REPRESENTANTE LEGAL:** Diretor Geral, **MARCELO LEANDRO PEREIRA LOPES****OBJETO:** tem por objeto a conjugação de esforços, sem qualquer ônus para o TRIBUNAL e sem transferência de recursos financeiros entre os partícipes, visando à instalação e funcionamento de extensão do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, nos termos das Resoluções CNJ nº 125/2010, TJPI nº 32/2010, TJPI nº 20/2014 e Portaria NUPEMEC nº 01/2017.**VIGÊNCIA:** Acordo celebrado terá vigência de 60 (sessenta) meses a contar da data da sua publicação.**DATA DA ASSINATURA:** 01/08/2023**9. ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ****9.1. Contrato - Extrato Nº 200/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CLCCOR/AGENTESCGJ**

Contrato - Extrato Nº 200/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CLCCOR/AGENTESCGJ

ATO: Contrato Nº 197/2023 - PJPI/CGJ/SECCOR/CLCCOR/AGENTESCGJ**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Processo SEI nº 23.0.000076196-6**CONTRATANTE:** ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ - EJUD, CNPJ nº 21.732.903/0001-37**CONTRATADA:** INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA., CNPJ 10.498.974/0002-81**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na organização de eventos jurídico-científicos, destinados ao treinamento, capacitação e aperfeiçoamento profissional de servidores da Corregedoria Geral da Justiça do Piauí (CGJ/PI) e Escola Judiciária do Piauí (EJUD/PI), totalizando 08 (oito) inscrições, visando à realização de palestras no "4º Congresso Brasileiro de Compras Públicas", evento promovido pela empresa INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA., CNPJ: 10.498.974/0002-81, com previsão para ocorrer entre os dias 7 a 10 de agosto de 2023, em Foz do Iguazu/PR, com carga horária de 26 (vinte e seis) horas, na modalidade presencial, nas condições estabelecidas no Termo de Referência Nº 101/2023 - PJPI/EJUD-PI.**VALOR:** R\$ 33.600,00 (cinquenta e três mil cento e sessenta reais).**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:**

Unidade Orçamentária: Fonte:	04106 - EJUD 760 - Recursos de Emolumentos, Taxas e Custas
Ação Orçamentária: Classificação Funcional: Natureza da Despesa: Valor reservado:	2871 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO - 2º GRAU 02.061.0015.2871 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 33.600,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contados da data de publicação deste Extrato no Diário da Justiça do Estado do Piauí.**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 74, inciso III, alínea "f" c/c § 3º, da Lei nº 14.133/2021.**DATA DA ASSINATURA:**Documento assinado eletronicamente por **Rudimar Barbosa dos Reis**, Usuário Externo, em 02/08/2023, às 12:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Documento assinado eletronicamente por **José Ribamar Oliveira**, Diretor Geral da EJUD, em 02/08/2023, às 14:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.**10. PAUTA DE JULGAMENTO****10.1. Pauta de Julgamento - Plenário Virtual - 4ª Câmara de Direito Público - 14/08/2023 a 21/08/2023****PAUTA DE JULGAMENTO****4ª Câmara de Direito Público**A **Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí** torna pública a relação dos processos que serão apreciados em Sessão Ordinária do **Plenário Virtual da 4ª Câmara de Direito Público** a ser realizada do dia **14 de Agosto de 2023**, a partir das **12h** até o dia **21 de Agosto de 2023** finalizando às **10h**. Os processos adiados ficam automaticamente incluídos na próxima pauta, independentemente de nova publicação.**INFORMAÇÕES GERAIS:**

- Conforme preceitua o Provimento Nº 36/2022 - PJPI/TJPI/SECPRE, o representante do Ministério Público, os procuradores de órgãos públicos, os defensores públicos e os patronos das partes, poderão encaminhar por meio de petição de sustentação oral, **até a abertura da sessão**, sustentações orais **em áudio ou áudio e vídeo**, devendo observar, em qualquer caso, o tempo regimental e as especificações técnicas de formato, resolução e tamanho do PJe. Destaca-se que o interessado em juntar o arquivo de sustentação oral deverá utilizar **o tipo de documento "PETIÇÃO DE SUSTENTAÇÃO ORAL OU RETIRADA DE PAUTA"**;

- Informa-se que o interessado em juntar o arquivo de sustentação oral através de vídeo, deverá anexar o arquivo no **formato AVI ou MP4**, com tamanho máximo de **300mb**. Quanto ao arquivo de sustentação oral através de áudio, deverá ser observado o formato **MP3**, com tamanho máximo de **100mb**, seguindo assim as especificações técnicas exigidas pelo PJe;

- Em atenção aos termos dos §§ 6º, 7º e 8º do Art. 3º do Provimento Nº 36/2022 -

PJPI/TJPI/SECPRE, o representante do Ministério Público, os procuradores de órgãos públicos,